## 2017 v. 18 n. 83 nov.

## **Artigos**

A responsabilidade civil dos provedores por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiro no Marco Civil da Internet

<sup>01.</sup> (Caroline Mocellin)

A responsabilidade civil das plataformas de comércio eletrônico business to business 02. (Hannah Gevartosky, Fernanda Fideles Noqueira)

Critérios quantitativos para a fixação da reparação do dano em face do crime e seus reflexos na esfera cível na jurisprudência brasileira (Ionilton Pereira do Vale)

A responsabilidade objetiva dos hospitais: considerações e limites 04. (Isadora Urel, Thamires Pandolfi Cappello)

Estudos sobre responsabilidade objetiva e os critérios para fixação de danos morais com base no princípio in dubio pro dignitate nas relações privadas (Raquel Helena Valési)

Por uma reinterpretação do princípio da reparação integral: a teoria da fair compensation

O6. (Silvano José Gomes Flumignan)

Notas sobre alienação fiduciária: aplicabilidade da teoria do adimplemento substancial em contratos garantidos – Flexibilização com base na função social do contrato?

(Mauro Teixeira de Faria)

Os direitos fundamentais e o contrato: a perspectiva de Claus-Wilhelm Canaris 08. (Rosana de Souza Kim Jobim, Marcio Félix Jobim)

A penhora de quotas no Código de Processo Civil: procedibilidade e procedimento 09. (Gerson Luiz Carlos Branco, Amanda Lemos Dill)

A natureza jurídica do art. 226, § 30, da Constituição da República de 1988 e a controvérsia acerca da constitucionalidade do regime sucessório decorrente da união 10. estável

(Carlos Eduardo Minozzo Poletto)

Proposta de classificação da responsabilidade objetiva: pura e impura 11. (Álvaro Villaça Azevedo)